

Pré-aviso de greve para 22 e 23 de março

20 Março, 2018



A Direção do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses decreta greve para os dias 22 e 23 de março de 2018, com início no turno da manhã de dia 22 e término às 24h00 do dia 23 de março.

Este período de greve será nos turnos da **manhã** e da **tarde** do dia 22 e os turnos da **noite, manhã e tarde** de dia 23 de março, todos estes quando os hajam, mas, em todo e qualquer caso, só no “período de trabalho programa”, sob a forma de paralisação total do trabalho (sendo, no entanto, assegurada a prestação dos serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de “necessidades sociais impreteríveis”, nos termos adiante expostos).

- [Pré-aviso de Greve](#)
- [Diretivas da Greve](#)
- [Orientações](#)

Os objetivos desta greve prendem-se essencialmente pela valorização e dignificação dos enfermeiros, nos termos conhecidos e há muito reivindicada:

- 1 – Pelo descongelamento das progressões com a contagem dos pontos justamente devidos, a todos os enfermeiros independentemente do tipo de contrato de trabalho.
- 2 – Pela publicação imediata do IRCT aplicável aos CIT, no BTE, até à 1ª semana de março.
- 3 – Pela contratação imediata, até 20 de março, de 500 enfermeiros.
- 4 – Pela contratação de mais 1.000 enfermeiros entre abril e maio.
- 5 – Pela ocupação integral dos 774 postos de trabalho colocados a concurso para as ARS.
- 6 – Pela publicação dos avisos de abertura de concursos para a admissão pelas Instituições do Setor Público Administrativo até à 1ª quinzena de março, com o número de postos de trabalho acordados em 2017.
- 7 – Pelo pagamento do suplemento remuneratório para enfermeiros especialistas em março, com efeitos a janeiro/2018.
- 8 – Pela fixação do protocolo negocial relativo à revisão da Carreira de Enfermagem.
- 9 – Pelo efetivo pagamento do trabalho extra/“horas a mais” em março e abril.
- 10 – Pela obrigatoriedade do cumprimento da legislação sobre horários de trabalho, em todas as instituições.
- 11 – Pela manutenção da missão das Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) colocada em causa através da proposta de reconfiguração das URAP.
- 12 – Pelo reforço dos meios das UCC e a concretização do compromisso para a discussão do plano de abertura de novas.
- 13 – Pela harmonização das condições de trabalho e remuneratórias, entre os enfermeiros de todas as Unidades Funcionais, pelo pagamento regular dos incentivos financeiros nas USF modelo B e pela transição de maior número de USF modelo A a B.
- 14 – Pela alteração da orientação do Ministério da Saúde relativa ao registo biométrico na consideração da organização, funcionamento e aspetos legais relativos às equipas de enfermagem.
- 15 – Pela retoma do funcionamento da Comissão de Reforma da Saúde Pública, parada desde dezembro/2017, e da conseqüente continuidade do trabalho que estava em curso.

Lutamos e Construimos!

#PeloNossoFuturo